

Em um evento marcado por reflexões e compromissos com o futuro, a Caixa Seguridade reuniu especialistas, parceiros e colaboradores para discutir o papel do setor de seguros na construção de uma economia mais sustentável, inclusiva e resiliente. O encontro, marcado por análises sobre desafios e responsabilidades do mercado, reforçou o alinhamento da companhia — e do setor — à agenda global de sustentabilidade.

Durante os painéis promovidos, nesta sexta-feira, pela seguradora na Casa do Seguro, espaço de debates da CNseg na COP30, a empresa reforçou a intenção de ampliar a integração de práticas ESG às estratégias de negócio e fortalecer a contribuição do seguro na transição para um futuro de baixo carbono.



Presidente da Caixa Seguridade, Gustavo Portela

O compromisso Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

No primeiro painel, o presidente da Caixa Seguridade, Gustavo Portela, propôs que o setor de seguros assuma definitivamente seu papel estratégico diante da escalada dos eventos climáticos extremos. Ele lembrou que incêndios, ondas de calor, tempestades e enchentes — do Chile ao Hemisfério Norte, da África à Europa e, cada vez mais, no Brasil — deixaram de ser exceções. O tornado que devastou Rio Bonito do Iguaçu, no Paraná, foi citado como exemplo recente de um cenário que já faz parte da rotina nacional.

Portela resgatou o protagonismo brasileiro desde a **Rio 92**, quando nasceram a Agenda 21, a Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas e a UNEP-FI. Segundo ele, foi ali que o setor segurador começou a compreender seu papel na gestão dos riscos ambientais — consciência que hoje se torna central para a continuidade da vida econômica e social.

Nesse contexto, ele anunciou dois movimentos estratégicos: a **adesão da Caixa Seguridade aos Princípios para a Sustentabilidade em Seguros (PSI)**, da UNEP-FI, e a **associação ao CEBDS**, think tank de referência em sustentabilidade no país. As iniciativas reforçam, segundo Portela, o triplo papel do setor: gestor de riscos, tomador desses riscos por meio da subscrição e investidor capaz de direcionar recursos para adaptação e mitigação climática.



Presidente da Caixa Seguridade e Butch Bacani, head de Seguros da UNEP FI, após adesão da Caixa ao PSI

Para ele, enfrentar a crise climática exige um “pacto civilizatório”, no qual as seguradoras deixam de atuar apenas após os desastres e passam a influenciar prevenção, resiliência e reconstrução. “Proteger é da nossa natureza”, afirmou.

Viviane Romeiro, diretora do CEBDS, lembrou que a Caixa Seguridade é a segunda seguradora associada ao CEBDS. Em sua fala, enfatizou que o momento atual da agenda climática é de “acelerar a implementação das ações”, saindo do campo da negociação para a prática.

Ela destacou a importância de ver os seguros não apenas como “reparo”, mas como “prevenção”, um papel fundamental para promover uma maior qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade a eventos extremos. Viviane também ressaltou a relevância da justiça climática, que conecta os impactos ambientais às desigualdades sociais e à crise da biodiversidade. Para ela, o setor de seguros tem papel estratégico nesse contexto, ao incorporar o olhar social na gestão de riscos climáticos.



Painel 1 - Adesões Institucionais PSI E CEBDS

Butch Bacani, head de Seguros da UNEP FI, assinalou que o PSI, embora global, "nasceu no Brasil" durante a Rio+20, em 2012 e detalhou o "triplo papel" dos seguradores na sustentabilidade: como gestores de risco, subscritores de risco (seguradores) e investidores. Sua fala teve um tom forte sobre o propósito da agenda. "Sustentabilidade genuína é sobre equidade intergeracional. Ou seja, desenvolver as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras."

O papel da previdência privada no financiamento climático

O segundo painel discutiu como os fundos de previdência aberta podem ser mais proativos no financiamento climático. Um estudo apresentado por Annelise Vendramini, pesquisadora, ICS / FGV EAESP, norteou os debates.

O levantamento identificou benefícios e barreiras. Entre os pontos positivos, a constatação de que parcela do patrimônio dos fundos já é empregada em ativos alinhados à sustentabilidade climática no país e, ainda mais surpreendente, sua performance financeira significativa. Os pontos negativos são a falta de oferta de ativos ("não há títulos verdes ou sustentáveis em volume e qualidade suficientes no mercado"), falta de transparência; e pressão por resultados a curto prazo.

Para ela, a participação em investimentos ESG na faixa de 10% a 12% do total alocado e a rentabilidade promissora sugerem um cenário promissor para os títulos verdes. "Apesar de um ambiente regulatório em constante evolução, não identificamos obstáculos significativos que impeçam a alocação em questões ESG, sempre considerando o cumprimento do dever fiduciário e as devidas responsabilidades. Na verdade, há um crescente interesse e desejo de aumentar essa alocação. Embora existam barreiras estruturais, institucionais e de capacidade que, esses desafios são superáveis. Em suma, não encontramos impedimentos substanciais para a ampliação da alocação de recursos em prol da agenda de sustentabilidade", afirmou ela.



Da esq. para dir.: Palestrantes do segundo painel e o presidente da CNseg, Dyogo Oliveira

Investimentos sustentáveis

Na sua exposição, Maria Netto Schneider, presidente do iCS, conectou os achados do estudo com a discussão global sobre financiamento climático. Argumentou que os "trilhões" necessários para a transição climática não estão apenas nos bancos, mas principalmente em fundos de pensão e previdência. Defendeu a necessidade de "destravar" esse capital por meio de reformas regulatórias e da criação de portfólios de projetos adequados aos investidores.

Jean-Christophe Hamery reforçou que a Caixa Vida e Previdência está fortalecendo sua estratégia de investimentos sustentáveis, com destaque para o uso crescente de títulos verdes, instrumentos que direcionam recursos para projetos de impacto ambiental positivo e reforçam a responsabilidade na gestão dos ativos previdenciários.

Hamery sublinhou a importância de a indústria acompanhar a construção da taxonomia sustentável brasileira, que definirá critérios claros e confiáveis para identificar atividades econômicas alinhadas à transição climática. Para ele, essa padronização será essencial para orientar investimentos, evitar ambiguidades e dar transparência ao mercado.

Outro ponto enfatizado foi a necessidade de avançar na rotulagem de fundos, permitindo que participantes de previdência compreendam de forma simples e objetiva o nível de aderência socioambiental de cada produto. Segundo Hamery, rótulos claros aumentarão a confiança, facilitarão comparações e fortalecerão práticas responsáveis no setor.

Ele também destacou que nenhuma agenda sustentável avança sem educação financeira, especialmente no segmento previdenciário, onde decisões têm horizonte de décadas. Capacitar participantes para entender risco, retorno, sustentabilidade e impacto é, segundo Hamery, tão importante quanto aperfeiçoar produtos e regulações.

Hamery defendeu ainda que a previdência privada, por sua natureza de longo prazo, deve ser protagonista na transição para uma economia mais resiliente — combinando governança, transparência, inovação e investimentos alinhados às melhores práticas ambientais e sociais.

O terceiro e último painel se dedicou a avaliar os riscos e oportunidades relativos às mudanças climáticas em seguros, capitalização, consórcio e assistências.

Rafael Fonseca Niemeyer e Mariana Saragoça, sócios do Stocche Forbes Advogados, apresentaram os principais destaques de estudo jurídico-regulatório desenvolvido com todas as verticais da Caixa, destacando que a preparação para enfrentar riscos climáticos — assim como em qualquer jornada complexa — depende de informação, transparência e dados confiáveis.

Ele lembrou que, em 2024, eventos climáticos extremos geraram US\$ 300 bilhões em perdas no mundo, sendo que menos da metade teve cobertura securitária. O dado, segundo ele, evidencia a urgência de empresas, governos e sociedade estruturarem respostas mais robustas para mitigar riscos e orientar investimentos.

Ela assinalou que cada vertical de negócios é impactada de forma distinta, e que segregar riscos por atividade permite estratégias mais eficazes.

Niemeyer destacou que o setor de seguros já está adiantado na agenda climática: desde 2022, com a Susep 666, as seguradoras divulgam informações climáticas antes mesmo da implementação integral dos novos padrões nacionais.

Ele ressaltou ainda a importância do uso ampliado de dados climáticos granulares para orientar políticas públicas, precificação e criação de produtos mais adequados a realidades locais — por bairro, cidade ou região. Essa base de informação melhora decisões, reduz exposição a riscos e eleva a eficiência dos investimentos.

Ao apresentar os referenciais internacionais utilizados, destacou o ISSB (incorporado no Brasil como CPC/CBPS S1 e S2) e a recém-lançada taxonomia sustentável brasileira, que deve direcionar investimentos para atividades alinhadas à transição climática.

Por fim, lembraram que o arcabouço regulatório brasileiro inclui normas como a CNC 473, que reforçam governança, gestão de riscos e controles internos. Esse conjunto de diretrizes, segundo Niemeyer, coloca o setor segurador em posição privilegiada para liderar a adaptação climática no país.

Neste painel, os CEOs das verticais de seguro residencial, seguro de vida, capitalização, consórcio e assistências da Caixa, fizeram um breve resumo dos impactos das mudanças climáticas nas respectivas áreas de atuação. Participaram deste painel Rodrigo Valença (CEO da Caixa Residencial) Arlindo Garrote, CEO da Caixa Assistência; Elerson Leris (CEO da Caixa Consórcio), Gustavo Portela (CEO da Caixa Seguridade); Jean-Christophe Hamery (CEO da Caixa Vida e Previdência); e Nelma Tavares (CEO da Caixa Capitalização). Evidenciou que os extremos climáticos afetam de forma significativa os seguros de danos, como o residencial e os serviços de assistência. Em contrapartida, a capitalização e os consórcios não sentem os efeitos dos eventos climáticos severos.

Fonte: CNseg, em 14.11.2025.